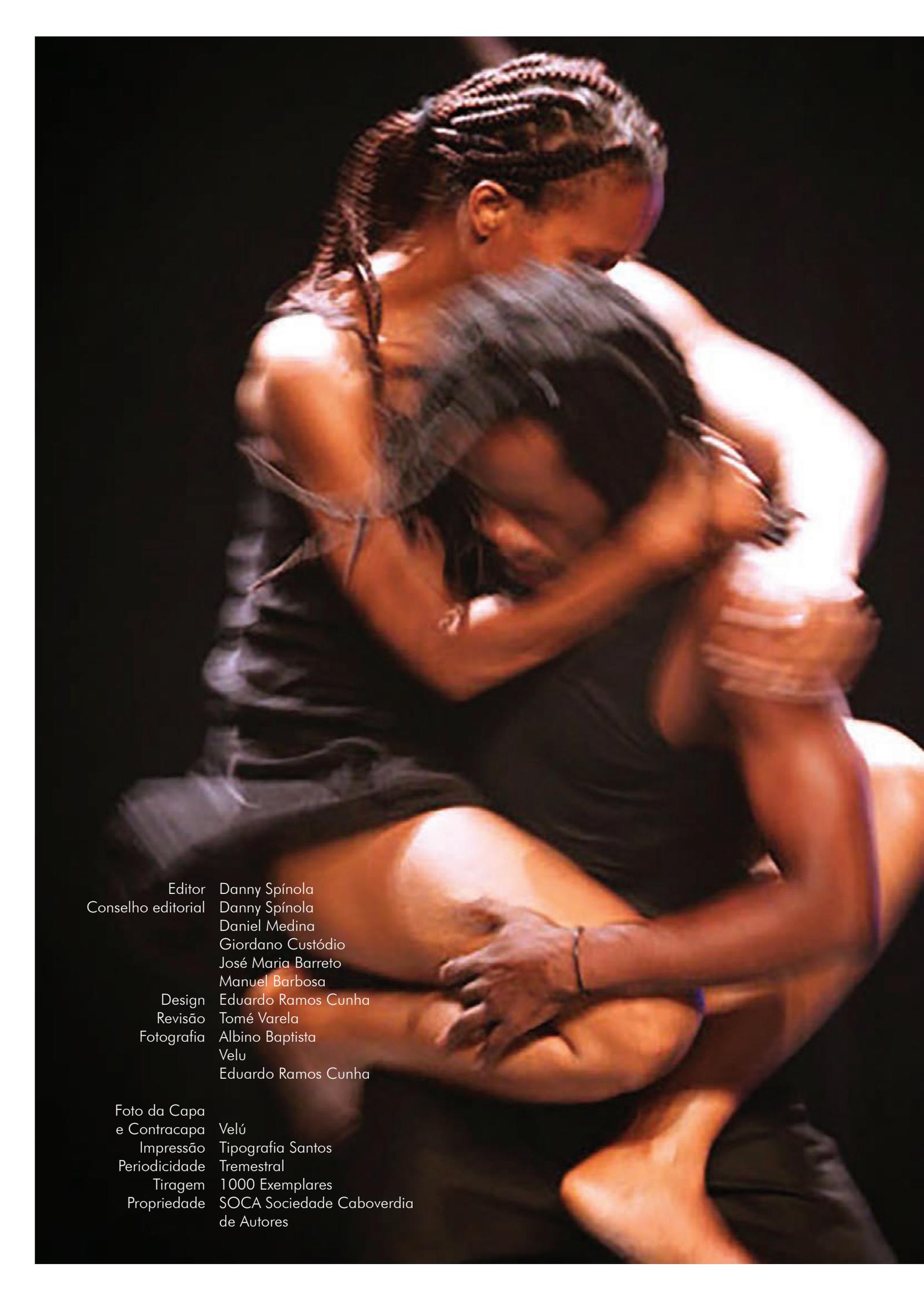


Revista da SOCA – Sociedade Caboverdiana de Autores N.º. 0 Fevereiro de 2009



Sociedade Caboverdiana de Autores

Soca MAGAZINE



Editor Danny Spínola
Conselho editorial Danny Spínola
Daniel Medina
Giordano Custódio
José Maria Barreto
Manuel Barbosa
Design Eduardo Ramos Cunha
Revisão Tomé Varela
Fotografia Albino Baptista
Velu
Eduardo Ramos Cunha

Foto da Capa
e Contracapa Velú
Impressão Tipografia Santos
Periodicidade Tremestral
Tiragem 1000 Exemplares
Propriedade SOCA Sociedade Caboverdia
de Autores

Editorial

Caros Confrades,

Este é o número zero da nossa Revista. É o número de arranque. A partir daqui contamos com a colaboração de todos.

Para este número escolhemos alguns temas que esperamos sejam do vosso interesse.

Entretanto, avançamos desde já que a Revista vai ter uma linha editorial com algumas rubricas permanentes, tais como: „Destaque“, que fará um enfoque de um determinado artista ou tema; „Perfil“, que dará a imagem dos nossos artistas, quer em forma de entrevista, quer de reportagem ou ensaio; e „Homenagem“, que escolherá determinados artistas a serem homenageados através de trabalhos que retratam a sua vida e obra.

A revista terá também espaços de informações sobre a SOCA e seus associados e informações formativas sobre questões autorais e outras.

Pretendemos ser um meio de divulgação das actividades da SOCA e dos artistas em geral, mas, sobretudo, um meio de comunicação e ligação forte com os nossos associados.

Como ponto de partida, vamos falar aqui da SOCA em primeira-mão.

A SOCA, Sociedade Caboverdiana de Autores, foi criada a 19 de Fevereiro de 2005, com o objectivo de proteger, promover e gerir os direitos morais e patrimoniais dos autores caboverdianos que, ultimamente, se têm caracterizado por uma grande dinâmica em termos de criação e produção literárias, artísticas e científicas.

De então para cá, a SOCA programou um conjunto de acções e estratégias de implementação das principais atribuições e competências que lhe cabem, tendo envidado esforços no sentido de ter uma sede própria com mobiliários e equipamentos indispensáveis ao seu funcionamento, nomeadamente: mobiliários de escritório e algumas unidades informáticas. Neste momento, há uma Assistente Administrativa e uma Ajudante de Serviços Gerais, que asseguram o funcionamento normal e diário da sede.

Pretendemos, contudo, assim que começarmos a cobrar os direitos autorais, desenvolver as seguintes acções: formação dirigida aos membros e quadros privativos da SOCA, de forma a capacitá-los em determinadas áreas, nomeadamente: formação nas áreas de cobrança e distribuição de direitos de autor; gestão corrente de pessoal e dos equipamentos, e fiscalização de actividades culturais; workshops e conferências, com vista à divulgação e informação periódica sobre suas actividades; participação em actividades afins,

dentro e fora do país (no quadro da cooperação com organismos congéneres).

Quanto à comunicação, um dos veículos mais importantes da actualidade para uma actuação dinâmica e eficaz no seio da sociedade

civil, a SOCA já tem pronto um site dinâmico e interactivo que vai veicular informações sobre as actividades que desenvolve, mantendo uma dinâmica interactiva de comunicação e divulgação.

Pretende ainda realizar programas radiofónicos de informação e divulgação e promover acções de informação e divulgação na rádio e na televisão.

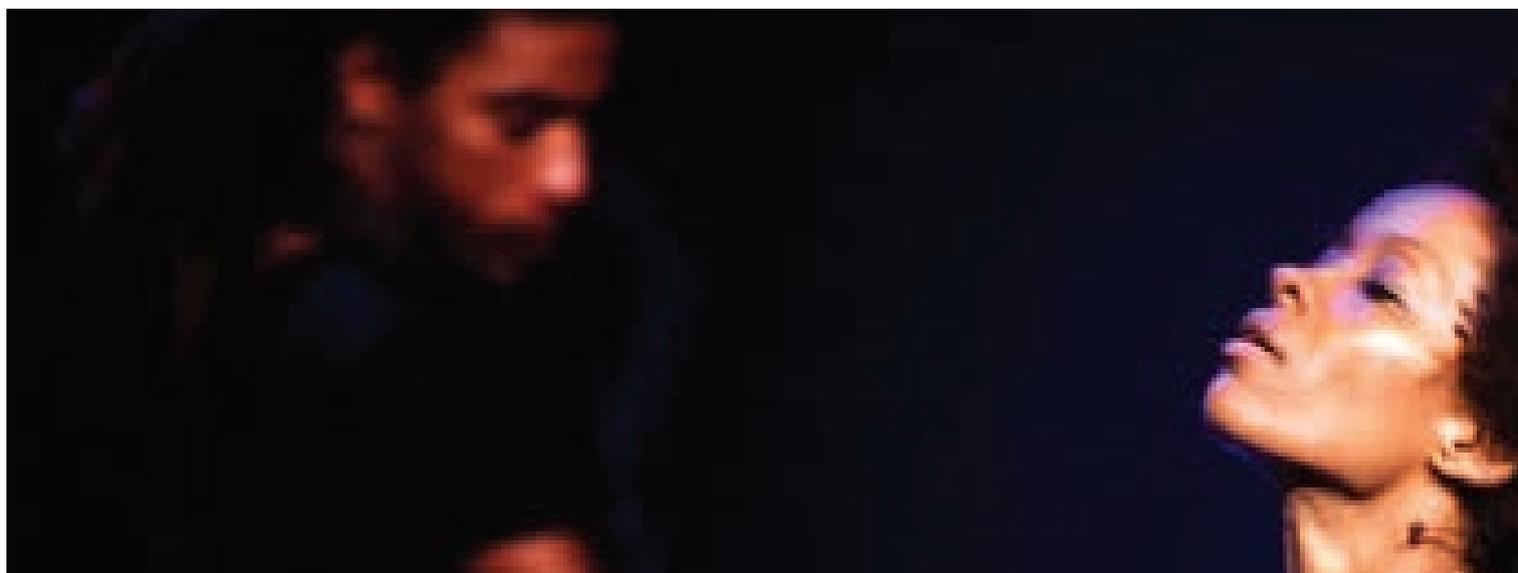
A partir desse conjunto de proposições, a SOCA espera manter os seus sócios informados sobre os seus direitos e deveres; sobre a vida da Sociedade; e estar sempre em sintonia com os seus sócios, prestando-lhes um serviço de qualidade, protegendo, promovendo e gerindo os seus interesses e pretensões, e direitos autorais, etc.

Já elaborámos um programa de actividades para o corrente ano, de forma a termos uma ou duas actividades culturais mensais, com sessões de música e poesia, exposições de pinturas, concursos e outros, dos quais destacamos dois grandes eventos: uma Mesa -Redonda sobre a Tabela Mínima de Execução e um Seminário/Workshop sobre Direitos de Autor, e as questões de pirataria, que vão ser organizados com a colaboração de organizações congéneres internacionais.

Já estamos programando as coisas para, ainda este ano, começarmos a cobrança e distribuição dos direitos autorais, pelo que contamos com a colaboração de todos no pagamento da quota, que foi fixada em 500\$00, para podermos organizar e distribuir os cartões de sócios a todos, pelo que solicitamos e agradecemos o envio de duas fotografias tipo passe, com os dados indispensáveis ao preenchimento da ficha de inscrição – nome, data de nascimento, filiação, modalidade autoral, pseudónimo, trabalhos realizados, filiação em outras sociedades autorais, etc. Mas, para já, estamos a providenciar para termos uma sede própria.

Esperamos que gostem da revista e que colaborem com ela e nela para podermos avançar.

A todos, os nossos melhores cumprimentos.



SUMÁRIO

EDITORIAL	3
O QUE É A SOCA ?	8
INFORMAÇÕES EM RETROSPECTIVA	10
A SOCA VISTA PELOS AUTORES	12
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES	14
CA CESSANTE	14
INFORMAÇÕES DA ACTUALIDADE	18
DANNY SPÍNOLA É O NOVO PRESIDENTE DA SOCA	20
DESTAQUE	
RAIZ DI POLON	
NUM OLHAR À DANÇA CABOVERDIANA	22
INFORMAÇÃO IMPORTANTE	28
PERFIL	
OSWALDO OSÓRIO	
POETA ROMANCISTA E ENSAISTA	32
HOMENAGEM	
ANO NOBO	36





O QUE É A SOCA ?

A SOCA, Sociedade Caboverdiana de Autores, é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza associativa e de adesão voluntária. É uma organização para a defesa e protecção dos direitos autorais.

Tem a sua sede na Cidade da Praia, podendo a respectiva administração abrir delegações ou qualquer outra forma de representação, em qualquer outro ponto do território nacional ou no estrangeiro.

2. Qual o papel da SOCA?

A SOCA tem por objecto a gestão, protecção e promoção dos direitos morais e patrimoniais dos autores de todos os géneros e formas de criação literária, artística e científica e, principalmente, de entre outras:

- Estabelecer as tarifas e proceder à cobrança dos direitos correspondentes e à sua distribuição pelos respectivos titulares;
- Cobrar, em representação dos respectivos titulares, todos e quaisquer direitos devidos pela utilização e exploração das suas obras e prestações;
- Distribuir e liquidar aos respectivos titulares os direitos cobrados nos termos da alínea antecedente, após a dedução das comissões devidas.
- Administrar, como mandatária dos associados, todas as obras intelectuais de cujos direitos autorais aqueles sejam titulares, qualquer que seja o seu género, forma de expressão, mérito, modo de comunicação e objectivo;

3. A SOCA deve acabar com a pirataria?

A SOCA tem, essencialmente, o papel de fiscalizar o cumprimento da legislação relativa aos direitos de autor, constatar as infracções à mesma e requerer às instâncias competentes as providências adequadas. A pirataria é do foro judicial e deve ser combatida à luz da legislação nacional.

4. O que é o direito de autor?

O direito de autor, juridicamente, “é a faculdade exclusiva que os autores de obras literárias, artísticas e científicas têm de usufruir, utilizar e explorar as mesmas ou autorizar a sua fruição, utilização e exploração por terceiros, no todo ou em parte, nos termos e dentro dos limites da lei em vigor” (BO nº52/ Dez/90).

5. É na SOCA que se faz o registo das obras?

Não, o registo das obras deve ser feito no Ministério da Cultura (obras de natureza literária e artística) e no Ministério da Indústria (obras de carácter científico). A SOCA, entretanto, pode aceitar o depósito das obras, ou ser mandatado pelos seus sócios para fazer o registo das obras.

6. Como e quando a SOCA vai cobrar e distribuir os direitos de autor?

A SOCA tem já preparado uma proposta de Cobrança dos Direitos de Autor, que começará a funcionar, ainda no decorrer deste ano, com contagem a partir de Janeiro.

7. Como ser membro da SOCA?

Podem ser membros da SOCA, todos os autores de obras intelectuais, tais como definidas pela Lei dos Direitos de Autor de Cabo Verde, e que, preenchendo os requisitos estabelecidos nos seus estatutos, manifestem, voluntária e expressamente, querer a ela aderir.

Só podem ser admitidos como sócios da SOCA, os autores de obras literárias, artísticas ou científicas que preencham qualquer dos seguintes requisitos:

Ser cidadão cabo-verdiano ou ter a sua residência habitual em Cabo Verde;

Ser a sua obra publicada pela primeira vez em Cabo Verde, quaisquer que sejam a sua nacionalidade e o seu país de residência;

Sendo estrangeiro não residente em Cabo Verde, poderá ser a Lei dos Direitos de Autor de Cabo Verde aplicada à sua obra, de acordo com as obrigações decorrentes de Convenções Internacionais a que a República de Cabo Verde tenha aderido ou desde que se verifique reciprocidade quanto à protecção das obras dos autores caboverdianos nos respectivos países.

O pedido de admissão será dirigido pelo interessado ao Conselho de Administração e instruído com documentos e trabalhos comprovativos da qualidade de autor de obra literária, artística ou científica.

8. Há outras sociedades de autores?

Sim, e a SOCA pode:

- Celebrar contratos com organismos, agências e associações estrangeiros e internacionais congéneres para representação unilateral ou recíproca, com vista a assegurar a defesa dos seus associados e beneficiários noutros países e dos autores estrangeiros em Cabo Verde - Aderir a organismos e convenções internacionais que têm por objecto a protecção e defesa dos direitos autorais, nos termos e dentro dos limites da legislação vigente sobre a matéria.

9. Contactos da SOCA

Achada Santo António

Rua da Capela, C.P. 290-A

Praia – Cabo Verde

Telefone/Fax (238) 262 21 72

E-mail: socacv@yahoo.com.brf

Faça a publicidade do seu serviço e negócio aqui:

1 Página A4 a cores 50.000\$00

1/2 Página A4 a cores30.000\$00

Caso queira fazer publicidade em três números,
fazemos um desconto de 15%

P u b l i c i d a d e



INFORMAÇÕES EM RETROSPECTIVA

Sociedade de Autores de Cabo Verde: inscrições abertas Quarta-feira 26 Janeiro 2005

Já se encontram abertas as inscrições para participar da assembleia-geral constituinte da Sociedade de Autores de Cabo Verde, que deveria realizar-se no próximo dia 29, sábado, na Praia, mas foi adiada para 19 de Fevereiro, por falta de quórum.

Arcília Barreto: “Queremos uma participação massiva, de todas as ilhas e mesmo de pessoas no estrangeiro”, afirma o presidente desta Comissão Promotora, o advogado e escritor David Hopffer Almada, saída do Seminário sobre a Propriedade Intelectual realizado na Praia, em Outubro de 2002, e que integra o poeta Mário Fonseca, o compositor Daniel Spencer, o artista plástico José Maria Barreto (em representação do Ministério da Cultura) e o engenheiro Abraão Lopes (pelo Ministério do Turismo, Indústria e Comércio).

A reduzida adesão por parte dos interessados, segundo Hopffer Almada resultante da fraca divulgação - recorde-se que um anúncio foi publicado recentemente no jornal Horizonte - é uma das razões para o adiamento da assembleia. “Por isso, o apelo feito às câmaras municipais para que divulguem a iniciativa e apoiem os autores das suas áreas para que possam estar presentes”, afirma.

Outra razão, para Hopffer Almada, da reduzida adesão a uma iniciativa há muito esperada e cuja necessidade é sempre reafirmada, é o facto de que muita gente que produz trabalho intelectual ignora que é um criador.

Autores que abrangem áreas como a música, a literatura, a arquitectura. A produção académica, a informática... é um leque amplo.

<http://www.paralelo14>

Cidade da Praia, 19 Fev. (Inforpress) — Mais de 200 pessoas são esperadas na assembleia constitutiva da Sociedade Caboverdiana de Autores (SOCA) que se realiza hoje, à tarde, na Cidade da Praia, indicou fonte da organização.

“Até este momento, estão inscritas muitas pessoas. Estamos acima dos 200 e o FOCO do nosso problema neste momento é a questão de espaço e de arrumação das pessoas que estão a mostrar interesse em participar”, informou David Hopffer Almada, presidente da Comissão Promotora da SOCA.

Em declarações à Inforpress, aquele responsável destacou a importância da criação desse organismo para os artistas nacionais e para a economia de Cabo Verde.

“Penso que vai representar um passo muito importante na defesa dos direitos e protecção dos interesses dos autores cabo-verdianos a diversos níveis.

“Também para o país será um facto marcante, por possibilitar que sejam encaminhados os proventos da utilização das obras dos autores caboverdianos”, precisou.

Quanto aos próximos passos, David Hopffer Almada remeteu para os órgãos dirigentes a serem eleitos neste sábado, particularmente do Conselho de Administração.

“Há mais de um ano que pedi às pessoas que se posicionassem no sentido de assumirem a responsabilidade nos órgãos de gestão da SOCA. Esses novos órgãos é que vão ter que saber o que fazer”, lembrou.



No entanto, precisou que os primeiros passos deverão ser a instalação da sociedade, a criação de condições para o registo das obras dos autores que se queiram inscrever na sociedade e um levantamento para a gestão colectiva dos autores. Para David Hopffer Almada, o principal parceiro da SOCA, a nível interno, é o Ministério da Cultura, enquanto que a nível externo, apontou a “possibilidade de acordos com outras sociedades para representação mútua ou recíproca nos diversos espaços em que cada uma esteja”.

A assembleia constitutiva da SOCA reúne-se hoje pelas 18 horas na sala de conferências do Instituto da Biblioteca Nacional.

Inforpress/Fim

SOCA criada e David Hopffer Almada é presidente/21/02/2005

Os criadores cabo-verdianos, das mais diversas áreas, criaram no sábado, 19, a Sociedade Caboverdiana de Autores (SOCA).

Esta vai ter à sua frente, neste período de arranque, o jurista e poeta David Hopffer Almada.

Cabo Verde tem, desde sábado, 19, a sua sociedade de defesa de direitos de autor.

A Sociedade Caboverdiana de Autores acabou proclamada, segundo os seus promotores, à quarta tentativa, tendo para isso contado com o apoio do Ministério da Cultura. O jurista David Hopffer Almada, que foi ministro dessa pasta nos anos 80, altura em que foi criada a lei caboverdiana dos direitos de autor, é o presidente do Conselho de Administração da SOCA.

Esse responsável elegeu a organização dessa entidade como uma das prioridades do seu mandato, de modo a não defraudar as expectativas dos cerca de 200 participantes da reunião constitutiva da SOCA, oriundos dos diversos pontos do território nacional. “Esta é uma sociedade que fazia falta para uma sociedade dinâmica como a caboverdiana”, disse David Hopffer Almada no acto da proclamação, depois de eleito pela generalidade dos votos (100 a favor, oito contra e dois em branco) presidente da SOCA.

Além de David Hopffer Almada, foram também eleitos o escritor Mário Fonseca (presidente da Mesa da Assembleia Geral) e a professora Alice Matos (presidente do Conselho Fiscal), entre outros membros dos três órgãos que corporizam a SOCA.

AM Paralelo 14 - Jornal Digital

Defesa da produção intelectual dá passo em frente com SOCA

A Sociedade Caboverdiana de Autores (SOCA), entidade de direito privado com fins lucrativos, foi criada no último sábado numa assembleia-geral que reuniu, na Praia, cerca de centena e meia de criadores das mais variadas áreas de produção intelectual - da música à arquitectura, passando pela literatura, jornalismo e estudos científicos. De 221 inscritos para participar na assembleia constitutiva da SOCA, compareceram 144 pessoas, algumas provenientes de outras ilhas. Dos 110 eleitores que exerceram o direito de voto, e aprovaram a lista única, com David Hopffer Almada como presidente do Conselho de Administração e Daniel Spencer Brito como vice. Kaká Barbosa, Roselma Évora e José Maria Barreto são os secretários desse órgão. A Assembleia-Geral tem Mário Fonseca como presidente, Noel Fortes como vice e, como secretários, Tonecas Marta e Cândido Carvalho, O Conselho Fiscal integra Jorge Soares (presidente), Aniceto Fonseca e Alice Matos (secretários). Hopffer Almada recordou que esta assembleia ocorreu da quarta vez em que foi marcada, Nas vezes anteriores foi adiada por a Comissão Promotora, a que presidiu, ter entendido que não se reuniam as condições para uma participação significativa. O embrião da SOCA vem do Seminário sobre os Direitos de Autor promovido em Outubro de 2002, quando se criou a Comissão que conduziu o processo, integrada por Hopffer Almada, Mário Fonseca, Daniel Spencer Brito e, em representação dos ministérios da Cultura e da Economia, José Maria Barreto e Abraão Lopes, respectivamente. “Não foi fácil, mas valeu a pena”, afirmou o presidente do CA no acto de posse - presidido pelo ministro da Cultura, Manuel Veiga. Ressaltou a importância de “os autores cabo-verdianos, a partir de agora, não terem de viajar para outros países para registarem os seus trabalhos”, Coisa, aliás, fora das possibilidades de muitos deles, situação de que Ano Nobo, com a vasta obra que produziu, foi um dos maiores exemplos. Desde o primeiro e único Encontro de Música Nacional, realizado em Março de 1988, que se falava, nesta área, da necessidade de criação dum organismo que agrupasse os artistas. Algumas tentativas infrutíferas de associação realizaram-se desde então, mas só a Associação de Escritores Cabo-verdianos (AEC) e a Associação dos Jornalistas (AJOC) vingaram. A SOCA, para além da produção artística, abrange as questões ligadas às marcas e patentes, reflexo de uma necessidade criada pela dinâmica empresarial e que até agora não tinha tido resposta.



A SOCA VISTA PELOS AUTORES



Gláucia Nogueira

A expectativa é grande e todos esperam que a recém-criada associação venha estimular a actividade criadora em Cabo Verde. Algumas vozes da área musical aqui reunidas esperaram que a SOCA pusesse termo ao mercado ilegal de discos, sobretudo aqui em Santiago, onde o negócio encontra terreno fértil — para desespero dos produtores que se queixam da ligeireza com que as autoridades tratam a pirataria discográfica.

Kim Alves, produtor: “Pergunto-me, para quê precisa essa pessoa de um CD novo, se não tem uma casa de venda de CD? É para ir fazer cópias piratas. Essa pessoa ganha mais de duzentos por cento que o próprio produtor, porque ela teve custo zero. Temos de acabar com a pirataria em Cabo Verde, e não é difícil acabar com ela. Outro exemplo: entras num centro informativo e lês fotocópias de isto mais aquilo, e também faz cópias de CD; é uma falta de respeito e temos de acabar com isso, mas não é com meias medidas: é para tomar o computador, multar e pôr o responsável na cadeia”.

César Monteiro, investigador: “Esperamos que a SOCA venha defender os interesses dos autores e criadores artísticos que se viam a braços com o problema da defesa dos direitos autorais. A associação surge num momento extremamente importante. Sua criação é um passo importante, mas o mais importante é fazer que ela funcione da forma mais adequada e correcta, e que, em última análise, defenda os interesses dos seus associados que alimentam grandes expectativas em tomo desta organização que acaba de surgir”.

Zeca Nha Reinalda, produtor: “Espero que a associação venha a pôr fim à pirataria, porque se a SOCA não conseguir acabar com a pirataria, esta acabará com a SOCA. Se não for combatida a pirataria, não poderemos sobreviver e se nós, os autores, não sobrevivermos, a SOCA não sobreviverá também. Penso que todos nós temos de ter fé, e lutar com força para que o amanhã seja melhor que hoje”.

Danny Spínola, escritor, artista plástico: “A criação da Sociedade de Autores é para mim muito importante, mas também para todos os criadores e para a própria sociedade caboverdiana. Ela vai permitir aos autores criar cada vez mais, porque quando um autor tiver um retorno positivo da sua criação, não só em termos espiritual, mas também material, terá forças para criar mais. Por isso, a Sociedade de Autores, quando vier a intervir na sociedade com mecanismos adequados para que o autor usufrua dos benefícios que ele tem com a sua criação, ela contribuirá enormemente para que haja cada vez mais criatividade e maior número de obras”.

Mário Fonseca, escritor: “A criação da SOCA representa muito, na medida em que nunca houve, no País, uma associação que defendesse os interesses dos autores, compositores, escritores, interpretes e outros que têm direitos e direitos conexos; é bom que exista um organismo que se dedica à protecção dos direitos e dos interesses da classe. De maneira que acho que é um passo importante que foi dado hoje”.

Djô da Silva, produtor: “Para a área da música, este acontecimento é muitíssimo importante, porque a Sociedade de Autores era um dos organismos que faltava para organizar o meio musical como deve ser. É muito importante a sua criação, e a maneira como ela foi criada foi muito bom, porque é uma entidade privada e não um órgão do Estado como acontece na maioria dos países da África do Oeste, onde a maioria das sociedades de autores é estatal. Há alguns pontos que necessitam ser acertados, mas a sua criação já é um grande passo. Vou incentivar a todos os autores que trabalham comigo para que se inscrevam em Cabo Verde, na SOCA, já que o seu estatuto não impede a inscrição em duas sociedades. Apelo aos outros produtores cabo-verdianos que se associem e apoiem a SOCA, para que ela tenha mais peso possível e seja a mais representativo possível, de forma a permitir que seja bem vista lá fora e possa negociar acordos no estrangeiro”.

Augusto Veiga, produtor, manager do Ferro Gaita: “É um passo de uma importância enorme para a salvaguarda dos direitos de autores aqui em Cabo Verde. Na área da música em que estou mais ligado, incentivei todos os elementos do Ferro Gaita que são autores e compositores a estarem presentes e, se possível, a fazerem parte dos órgãos. Espero que os eleitos corpos gerentes venham a desenvolver um trabalho no âmbito da organização e da legislação dos direitos de autores caboverdianos, que permita, neste caso, aos músicos cabo-verdianos, autores e compositores o registo das suas obras aqui em Cabo Verde para não terem que estar a registar as suas músicas no estrangeiro.







RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

CA cessante

A SOCA, Sociedade Caboverdiana de Autores, foi constituída a 19 de Fevereiro de 2005, tendo sido, na respectiva Assembleia Constitutiva, eleitos e empossados os titulares dos órgãos sociais.

Ao Conselho de Administração (que apresenta o presente relatório) incumbia (como resulta dos próprios Estatutos) dirigir a novel organização e criar as condições que lhe permitissem desenvolver as suas atribuições e assumir o seu papel no seio da sociedade, em defesa e representação dos seus associados.

Por isso, e desde logo, o Conselho de Administração deitou mãos à obra no sentido de criar tais condições.

O que não foi tarefa fácil!

Na verdade, o Conselho de Administração, para levar avante o seu propósito e prosseguir os objectivos para que fora mandatado, começou, desde o princípio, por enfrentar diversas dificuldades que resultavam, designadamente, da falta dum espaço próprio para se instalar, de equipamentos, de meios financeiros e, ainda, de pessoal que lhe garantisse, minimamente, a execução do indispensável expediente burocrático-administrativo.

Por isso, nos primeiros meses da sua actividade, o Conselho de Administração utilizou sempre, para as suas actividades, as instalações, os serviços e o pessoal do Escritório particular do respectivo Presidente.

Só em Dezembro de 2005, a SOCA pôde dispor de instalações próprias, no 1º Andar dum prédio sito na Rua da Capela, em Achada de Santo António, tomado de arrendamento, por 40.000\$00 mensais.

Por outro lado, pouco tempo depois de empossada e de começar a exercer as suas funções, o Conselho de Administração viu-se desfalcado de um dos seus membros (a Drª Roselma Évora) que, tendo de partir para o estrangeiro para prossecução de estudos (doutoramento), pediu escusa de lugar no órgão.

Apesar de só em Dezembro de 2005 ter conseguido instalações próprias, o Conselho de Administração, desde que foi empossado, começou a trabalhar, reunindo-se regularmente.

Numa das suas primeiras reuniões, o Conselho de Administração definiu um plano de acção que continha os seguintes “itens”:

- a) Instalação da SOCA em sede própria;
- b) Definição da orgânica da SOCA;



- c) Definição do equipamento mínimo para o arranque da SOCA;
- d) Definição do quadro mínimo de pessoal;
- e) Elaboração do orçamento para 2005;
- f) Definição do subsídio e dos apoios a solicitar ao Governo e outras Instituições/Entidades para a primeira fase da vida e funcionamento da SOCA;
- g) Recrutamento do pessoal mínimo definido;
- h) Contacto com as instituições congéneres estrangeiras e internacionais;
- i) Aprovação dos regulamentos e;
- j) Criação de delegações.

Definido o plano de acção, o Conselho de Administração organizou-se nos seguintes quatro Departamentos, ficando cada um sob a responsabilidade directa de cada um dos seus membros:

- Departamento de Administração, Finanças e Património;
- Departamento dos Direitos de Autor;
- Departamento das Relações Internacionais e Institucionais;
- Departamento da Acção e Promoção Culturais;
- Departamento da Cobrança e Distribuição de direitos.

NB:

(Com a saída da Dr^a Roselma Évora, fundiram-se os Departamentos da Administração, Finanças e Património e da Cobrança e Distribuição de Direitos num só).

Posto isso, fizeram-se diligências no sentido de instalar a SOCA em sede própria, o que só se veio a conseguir em finais de 2005.

Por outro lado, com vista a garantir o equipamento da sede da SOCA, o Conselho de Administração promoveu contactos junto dalgumas instituições que concederam apoios financeiros, possibilitando a aquisição no mercado local do mobiliário e outros equipamentos indispensáveis a preservar alguma dignidade à organização.

Felizmente, a nossa pretensão foi bem acolhida por algumas das entidades contactadas, tendo recebido das mesmas um apoio financeiro que se revelou importantíssimo para o objectivo em vista. Deve-se salientar que tais entidades foram a Cabo Verde Telecom, o Banco Interatlântico e o Banco Comercial do Atlântico.

Instalada a SOCA em sede própria e conseguidos os apoios financeiros necessários para a aquisição de equipamentos que garantissem a sua funcionalidade, o Conselho de Administração confrontou-se com a necessidade de ter que garantir meios financeiros mínimos e permanentes para pagamento das despesas

fixas, tais como a renda do espaço onde se encontrava instalada, a remuneração do pessoal burocrático-administrativo, a energia, água, telefone e consumíveis.

Para isso, o Conselho de Administração submeteu uma proposta concreta ao Governo que (apesar das dificuldades iniciais de enquadramento e disponibilidade orçamentais) veio, depois de meses de espera, a conceder pelo Ministério das Finanças, um subsídio que vem sendo, anualmente, renovado, através do Ministério da Cultura, após a necessária prestação de contas da utilização das verbas, entretanto, disponibilizadas.

Salienta-se que, enquanto se esperava pela decisão e disponibilização do subsídio pelo Ministério das Finanças, a SOCA assumiu as suas responsabilidades e cumpriu alguns dos seus compromissos inadiáveis, mediante a abertura duma conta-corrente no Banco Interatlântico, garantida pessoalmente pelo Presidente do Conselho de Administração da SOCA, que também foi adiantando, do seu bolso, as verbas necessárias para o cumprimento e satisfação de compromissos urgentes, tais como o pagamento das rendas e as remunerações do pessoal, num montante global de 400.000\$00 (quatrocentos mil escudos).

Com vista a garantir receitas próprias que lhe possam assegurar o mínimo de sustentabilidade, e tendo em conta a própria natureza associativa, voluntária e não lucrativa, da SOCA, o Conselho de Administração definiu e aprovou as jóias e quotas a pagar pelos associados, no valor de 1.000\$00 e 500\$00, respectivamente.

No entanto, tais receitas praticamente não têm entrado, por um lado, porque ainda não se conseguiu organizar devidamente o serviço de cobrança e, por outro, porque os associados não têm tomado a iniciativa de pagar.

Ademais, uma eventual e boa fonte de receitas para a SOCA (e para os autores) que seria a cobrança dos “direitos”, não foi nem tem sido possível implementar até ao presente momento, por duas razões que não dependem da vontade ou, mesmo, da iniciativa da SOCA.

Está-se a referir, primeiro, à necessidade da entrada em funcionamento dum serviço público de registo das obras dos autores, e, depois, à necessidade do estabelecimento pelas autoridades competentes (Governo) das taxas e respectivos valores a cobrar pela utilização dos direitos de Autor.

Com a recente entrada em funcionamento do Serviço de Registo dos Direitos de Autor no Ministério da Cultura e a próxima aprovação, que se espera, dum diploma a definir as taxas a pagar pelo uso dos direitos de Autor, a SOCA (por força das comissões que lhe serão devidas) terá, seguramente, maior capacidade para se auto-sustentar financeiramente e para melhor desenvolver as suas actividades.

Apesar das imensas dificuldades que teve de enfrentar, para desenvolver as suas actividades, o Conselho de Administração desenvolveu, entre outras, as seguintes actividades:

- Promoveu a campanha de inventariação de compositores e intérpretes nacionais, encontrando-se, nesta altura, inventariados cerca de 1.500 autores;
- Promoveu-se a inscrição na SOCA de autores, estando hoje inscritos cento e sessenta autores, e inscreveu no seu registo obras dos seus associados;
- Preparou-se a tabela mínima de Direitos de Execução para a cobrança e distribuição de Direitos autorais (que acabou por não ser implementado por falta do diploma legal que o permitisse).

Por outro lado, o Conselho de Administração estabeleceu contactos com instituições congéneres e internacionais, com vista a associar-se às mesmas ou a estabelecer relações de cooperação com elas, tendo-se deslocado alguns dos seus membros ao exterior para participar em eventos, ou recebendo delegações/emissários doutros países/organizações.

Assim:

- Filiou-se como membro observador da CISAC (Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores);
- O Vice-Presidente do Conselho de Administração, participou em Washington, numa conferência relativa aos direitos de autor;
- O Vice-Presidente do Conselho de Administração e o Secretário-Executivo participaram nas reuniões do Conselho geral da OMPI e da CISAC em Argélia e Moçambique, respectivamente;
- O Conselho de Administração recebeu a visita duma Delegação conjunta da OMPI e da CISAC (integrada pela Administradora do programa da OMPI e pelo representante da CISAC para a África Lusófona);
- O Conselho de Administração recebeu a visita do Presidente da SADIA (Sociedade Angolana de Autores);
- O Secretário-Executivo visitou durante alguns dias a Sociedade Portuguesa de Autores, onde pôde ver e apreender a respectiva organização.

Com todas essas instituições e organizações estabeleceram-se as bases para uma futura cooperação, devendo salientar-se que, na sequência da visita da sua delegação a Cabo Verde, a OMPI ofereceu à SOCA algumas unidades informáticas, a saber:



- Um computador;
- Uma impressora Multifunções;
- Um UPC;
- Um modem USB para internet.

A Sociedade Portuguesa de Autores, por sua vez, manifestou interesse não só em receber quadros/ autores da SOCA para formação ou a deslocar para CABO Verde pessoal seu para a formação dos quadros da SOCA, mas também se comprometeu a enviar algumas unidades informáticas com um programa especial para a informatização das cobranças e distribuição dos direitos autorais.

É também de se referir que a SOCA aderiu à Plataforma das ONG, sendo, pois, hoje, uma ONG integrante dessa Plataforma.

Uma das grandes preocupações do Conselho de Administração foi sempre a de estabelecer um contacto permanente e interactivo com os associados da SOCA, e difundir para o exterior a sua imagem e a dos seus associados.

Nesse sentido tem já preparado para futuro lançamento/entrada em funcionamento o seu “SITE” na internet e uma revista a intitular-se SOCA MAGAZINE.

Dificuldades de varia ordem (designadamente a financeira) não permitiram que tal tivesse já acontecido.

O Conselho de Administração está, porém, ciente da importância desses instrumentos para a “ligação” da SOCA com os seus associados e com o público, em geral.

Este é o relatório do que foi o essencial da actividade do Conselho de Administração da SOCA, neste primeiro período de vida.

Convém sublinhar que, neste primeiro mandato, o Conselho de Administração, na verdade, e por força das circunstâncias (em parte relatadas neste Relatório), funcionou, essencialmente, como uma verdadeira Comissão Instaladora da SOCA.

De facto, o Conselho de Administração teve que se ocupar durante todo esse tempo, sobretudo com a instalação da organização, criando as condições mínimas para a sua própria sobrevivência, primeiro, e projecção do seu futuro, depois.

O Conselho de Administração está certo de que, continuando-se com o mesmo empenho, e concretizadas algumas acções – Registo de Obras e Cobrança dos Direitos Autorais, mediante prévia aprovação das competentes medidas legislativas – estarão dados passos significativos para a fixação das bases de sustentabilidade da SOCA e para o despertar do interesse, não só dos seus associados, mas também dos autores em geral, na vida e na afirmação dessa organização na sociedade.

É o voto que o Conselho de Administração deixa formulado!

A terminar, o Conselho de Administração aproveita para agradecer a colaboração recebida de todos, com particular realce das seguintes entidades e instituições:

- Governo
- Cabo Verde Telecom
- Banco Interatlântico
- Banco Comercial do Atlântico

Cidade da Praia, Novembro de 2008

O Conselho de Administração
PRESIDENTE
David Hopffer Almada



INFORMAÇÕES DA ACTUALIDADE

SOCA com nova sede na Praia

A Sociedade Caboverdiana de Autores, SOCA, criada há quase um ano, mas que, por motivos financeiros, não se tinha feito notar, iniciou, finalmente, as suas actividades e tem já programado um conjunto de acções para a divulgação e defesa dos direitos autorais.

O novo Secretário Executivo da SOCA, Danny Spínola, informou que a associação começou a funcionar desde o início do ano, na sua sede, situada em Achada de Santo António, na Praia, que será inaugurada, provavelmente, a 19 de Fevereiro, Dia dos Autores Cabo-verdianos.

Spínola anunciou que os autores podem se inscrever na Sociedade, mas o registo das obras terá de ser feito no Ministério da Cultura. “Se os autores assim o desejarem, a SOCA poderá ser intermediária junto do Ministério para o registo das obras.

Neste momento, a SOCA está a estudar o montante das cotas a arrecadar pela utilização dos trabalhos dos autores, informou. O grande desafio da Sociedade será o combate à pirataria discográfica, que tem causado sérias dores de cabeça aos autores cabo-verdianos e a que as autoridades não têm podido pôr cobro. Sem querer adiantar que medidas concretas irão ser implementadas, Spínola apela, desde já, à colaboração dos autores, o que passa pela inscrição dos autores e das obras.

Spínola chama a atenção para esse aspecto, porque alguns artistas têm-se mostrado negligentes em relação à inscrição de diversos músicos e agrupamentos musicais.

Muitos não colaboram, mas sabem exigir. “Nós só podemos apoiar, quando as pessoas se mostram interessadas. Essa colaboração é importante para que possamos informatizar os autores, para que se possa defender, da melhor forma, os seus direitos”.

Além do estabelecimento de relações de cooperação com a OMPI, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, e suas congéneres portuguesa, angolana e moçambicana, a SOCA irá criar, nesta fase de implementação, um site na internet, de forma a informar os autores sobre as actividades da SOCA, nomeadamente, como se inscrever ou ser sócio da Sociedade Caboverdiana de Autores. “São essas as nossas prioridades, neste momento, designadamente, levar ao público o maior número de informação possível sobre o que somos e os nossos objectivos, esperando contar com a colaboração de todos para podermos avançar para a etapa mais importante, que é a de defender, de facto, os direitos autorais, em todos os sentidos”.

Por sermos um país cuja produção na área da música absorve o grosso da nossa criação artística, poder-se-á facilmente pensar que a SOCA é urna sociedade para músicos. Não é bem assim, como explica Danny Spínola: “a Sociedade Caboverdiana de Autores congrega todos os criadores artísticos, desde pintores, escritores, fotógrafos, cineastas, entre outros autores de obras”.

Um passo importante na defesa dos direitos autorais na área da música foi dado pelo Palácio da Cultura, na Praia, ao inventariar, o ano passado, cerca de quinhentos artistas, entre residentes e da diáspora.

SOCA vai ter revista e site

A Sociedade Caboverdiana de Autores (SOCA) vai ter uma revista e um site. Estes projectos estão já nas mãos do recém-eleito Concelho de Administração da SOCA, agora liderado pelo escritor e jornalista Daniel Spínola. O maior desafio da nova equipa é cobrar os direitos autorais e combater a pirataria.

Janeiro é a data provável para o lançamento do site onde os cibernautas poderão consultar os estatutos e as funções da SOCA, conhecer as actividades que vai desenvolvendo, entrar em contacto com os seus corpos dirigentes, e até ler notícias culturais e entrevistas a artistas. A revista que se chamara SOCA MAGAZINE e deverá ser trimestral, possuirá secções idênticas às do site que serão distribuídas por 33 paginas.

A ideia, explica Daniel Spínola, “é informar os sócios da SOCA e o público em geral sobre as nossas actividades. Porque, ao contrário do que disseram durante a nossa Assembleia-Geral, temos trabalhado”. A SOCA, lembra Spínola, montou a sua sede, fez um inventário de autores e filiou-se na Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores (CISAC).

Porém, ficou por cumprir o mais importante: a cobrança dos direitos autorais. A direcção cessante, que tinha à frente o escritor e advogado David Hopffer Almada, elaborou uma tabela mínima de Direitos de Execução para a cobrança e distribuição dos direitos autorais, mas ela não foi implementada por falta de um diploma legal que a sustente. “Sem isso, ficaremos manietados”, afirma Daniel Spínola.

A proposta de legislação foi apresentada ao Governo através do Ministério da Cultura, durante o Fórum Internacional da Economia da Cultura que acaba de ser realizado, e agora está-se à espera da sua aprovação. Esperemos que isso aconteça no próximo ano”, adianta Daniel Spínola. Entretanto, a SOCA prepara uma campanha de sensibilização sobre a pirataria. Afinal, nesse quesito, quase toda a gente prefere olhar para o lado e deixar a banda passar. No fundo, nem as autoridades e muito menos os cidadãos parecem reconhecer a gravidade do problema.





Danny Spínola é o novo presidente da SOCA

“Vamos dinamizar a nossa actuação e dar mais visibilidade às nossas actividades”





Foto
Albino Baptista

2008-11-20 18:38:35

Praia, 20 Nov (Inforpress) - O escritor e jornalista Danny Spínola foi eleito, hoje, presidente do Conselho de Administração da Sociedade Caboverdiana de Autores (SOCA) sucedendo ao jurista David Hopffer Almada.

Em Assembleia-Geral ordinária, realizada na Cidade da Praia, a lista encabeçada por Danny Spínola venceu a liderada pelo músico Daniel Spencer.

Em entrevista à Inforpress, o novo presidente do Conselho de Administração da SOCA disse que a nova equipa vai seguir a mesma linha de orientação, pelo facto de estar por dentro dos dossier, pois desempenhava a função de Secretário Executivo na direcção cessante.

Entretanto, Danny Spínola avançou que o objectivo principal da nova direcção é cobrar e distribuir direitos de autor, esperando que o Governo crie mecanismos legais que permitam fazer a fixação e cobrança de taxas.

Em relação a registos, Danny Spínola disse que o Ministério da Cultura já conta com um departamento para esse fim, considerando que a cobrança e distribuição de taxas são uma forma de demonstrar maior credibilidade ao autor.

De entre as acções a serem implementadas brevemente pela nova direcção, constam o lançamento do site, consecução da revista, cobrar quotas, bem como a emissão de cartão de sócio.

Instado a fazer o balanço do trabalho realizado pela SOCA nos últimos três anos, uma vez que fazia parte da direcção cessante, Danny Spínola considerou que “foi excelente” com o reparo de não ter havido muita divulgação e uma maior ligação com os associados.

OM
Inforpress/Fim

Sociedade Cabo-verdiana de Autores tem nova direcção

Praia, 20 Nov (Inforpress) - Lista dos novos órgãos da direcção da Sociedade Caboverdiana de Autores (SOCA), eleita hoje em Assembleia-Geral ordinária, realizada na Cidade da Praia.

Mesa da Assembleia

Presidente: Hermínia Curado Ferreira

Vice: Eutrópio Lima da Cruz

Secretário: Paulo Rosa

Secretária: Helena Lisboa

Conselho de Administração

Presidente: Daniel Spínola

Vice: José Maria Barreto

Administrador: Daniel Medina

Administrador: Manuela Barbosa

Administrador: Giordano Custódio

Conselho Fiscal

Presidente: Jorge Soares Silva

Vogal: Rodrigo Fernandes

Vogal: Ivete Delgado

OM
Inforpress/Fim

DESTAQUE

Raiz di Polon

NUM OLHAR À DANÇA CABOVERDIANA



Cabo Verde nunca teve, e, creio que nunca terá, a tradição de dança clássica, que, para ser praticada, tem de ser cultivada, praticamente desde o berço.

Entretanto, é preciso dizer que a dança, como manifestação cultural espontânea do povo caboverdiano, nasceu com a própria formação da sociedade caboverdiana.

Resultante de uma miscigenação racial e cultural, vamos encontrar em Cabo Verde, desde os primórdios, como danças tradicionais Caboverdianas, de origem popular, o Batuque, em que se nota, nitidamente, o pendor africano no movimento sensual erótico das dançarinas que meneiam as ancas, ao som de ritmos marcados pela percussão e pelo coro de vozes; a Tabanka e o Kolá, produtos de um sincretismo religioso e cultural, em que o erotismo e a sensualidade se encontraram também bem marcados, e as danças de salão, importadas da Europa, que ao longo dos tempos foram sofrendo alterações ao ponto de serem consideradas danças caboverdianas, casos da Mazurca, da Valsa, da Contradança, etc.

Nas vésperas da independência nacional, já havia em Cabo Verde algumas outras danças de salão, que surgiram com o aparecimento de novas músicas no dia-a-dia de diversão da população caboverdiana, nomeadamente: a Morna e a Coladeira, a primeira lenta e sensual; a segunda movimentada e alegre, e que eram dançadas aos pares, enlaçados.

Com a independência, apareceram muitas danças africanas, em sintonia com a situação política de então, que invadiram os palcos caboverdianos, ao lado da recuperação e estilização das danças tradicionais caboverdianas, de entre as quais se destaca o Funaná, a música de ferro e gaita, que teve grande repercussão em todo o arquipélago, principalmente após a sua estilização pelo conjunto Bulimundo.



Fotos: Velú





É de se notar, contudo, que essas danças nada mais representavam do que uma forma de diversão e de necessidade espiritual de descontração emocional, pelo que a sua linguagem não carecia de qualquer tipo de mensagem ou de uma gramática elaborada com fins artísticos, enquanto dança.

Com o passar dos tempos, começaram a aparecer escolas de dança em Cabo Verde, que centravam a sua formação no ballet clássico, o qual foi prato forte da escola de dança da JAAC-CV, dirigida pelo dançarino Daniel Rocha, que se formara no Senegal, na escola de dança fundada pelo célebre coreógrafo Maurice Bejart.

Pioneiro na tentativa de criação de uma dança moderna caboverdiana, utilizando como técnica de base o ballet clássico, Daniel Rocha acaba por protagonizar a formação de várias gerações de dançarinos que vieram a criar vários grupos de dança, cuja preocupação fundamental é recuperar danças tradicionais caboverdianas a fim de torná-las cada vez mais artísticas e verdadeiros espetáculos. Isto, com exceção de alguns grupos de dança de São Vicente, que exploravam o rico filão das danças estrangeiras, que se impunham no momento.

E é nessa conjuntura que aparece o Grupo Cultural Ballet Renato Cardoso dirigido por Jorge Sousa e Lena Semedo.

Esse grupo dedicou-se durante algum tempo, com afinco, à dança, tendo ganhado uma medalha de ouro e uma taça para a melhor coreografia no primeiro Concurso Internacional de Dança de Algarve, onde participaram vários grupos da Comunidade Europeia e de vários países de expressão portuguesa, inclusive Portugal e Grã-Bretanha.

É de se destacar também, nesse âmbito, o grupo de dança Bibinha Kabral que marcou a época com a transposição da dança tradicional para o palco, tendo realizado vários espetáculos na Praia, no interior de Santiago e em algumas ilhas, tendo também ganhado alguns concursos nacionais de dança.

E é dessa forma que o público caboverdiano foi ganhando gosto aos espetáculos de dança, o que motivava o surgimento de novos grupos e de novas linguagens de dança, até que, recentemente, surgiu o grupo Raiz di Polon com a proposta de criação de um idioma contemporâneo de dança, ocupando assim uma posição de vanguarda no que concerne à criatividade coreográfica e artística.

A ideia da fundação do grupo Raiz di Polon partiu de 5 a 6 pessoas, que já estavam habituadas a fazer dança em grupos diferentes, e que, na altura, não pertenciam a nenhum grupo. Reuniram-se, então,

para que não ficassem parados, o que era impossível, na medida em que já tinham a dança no sangue.

Em 14 de Novembro de 1991, fundaram o grupo, integrando vários elementos para verem quem possuía qualidades para ficar, tendo, desde então, passado pelas suas fileiras mais de 40 elementos.

As condições, na altura, eram um pouco difíceis e tinham de ter força de vontade para poderem conseguir aguentar o grupo. Tinham dificuldades com o espaço de ensaio, mas, entretanto, conseguiram superar este problema com o apoio do conhecido artista plástico, o escultor Mário Rito, que lhes possibilitou o ensaio no Centro Social 1º de Maio.

Sem nenhum recurso financeiro, deram no duro, trabalhando com afinco, e, após três meses de ensaios, fizeram o seu primeiro espectáculo, a primeira actuação pública, que se traduziu num sucesso.

A partir daí, tudo ficou mais claro, e continuaram com denodo a sua tarefa, até que, um ano depois, deram um grande espectáculo no Parque 5 de Julho que foi um sensacional sucesso.

Inicialmente, no grupo havia apenas uma pessoa com formação que passara pela escola de dança da JAAC-CV, dirigida pelo dançarino Daniel Rocha. Por isso, pode-se dizer que começaram do zero, às apalpadelas, imitando algumas coisas importadas, ao mesmo tempo que tentavam criar algo próprio, até que começaram a caminhar, cada vez mais, na pegada do telurismo, da raiz caboverdiana pura. Apesar de se basearem muito no ballet, em termos coreográficos, tiveram sempre a preocupação de criar coisas a partir da terra, inspirando-se, fundamentalmente, nos aspectos tradicionais, utilizando músicas tradicionais, e temas e vivências genuinamente caboverdianas, como a Morna, a Coladeira, o Funaná, etc.

E é aqui que entra Uma História da Dúvida, criação de Clara Andermatt, coreógrafa e bailarina portuguesa, com quem o grupo Raiz di Polon entraria em contacto e começaria a edificar uma nova geografia de dança que o levaria além fronteira numa rota de brilhante sucesso.

Esse projecto, que pretendia ainda abarcar o vídeo-cinema, promoveu várias acções de formação aos artistas cabo-verdianos, tendo culminado numa apresentação pública, e, claro, na participação do grupo na Expo 98, em Lisboa.

Com o tempo, foram modificando a sua perspectiva artística, substituindo a preocupação primacial de trabalharem a dança de Cabo Verde pela dinâmica da cultura caboverdiana, através da dança, o que representa já uma evolução significativa, pois já não se preocupam apenas em estilizar as danças tradicionais, mas sim em veicular toda a arte e a cultura caboverdianas, através da linguagem expressiva da dança.

E, à medida que foram aperfeiçoando e descobrindo novos horizontes, mais vastos e mais exigentes, os elementos do grupo foram diminuindo, depurando-se, numa espécie de filtragem

Foto: Velú



em que aqueles que não conseguiam aguentar o ritmo da caminhada iam saindo, até que ficaram os seis actuais bailarinos, mais três estagiários.

Dos vários trabalhos que têm apresentado, é possível verificar de facto esse itinerário telúrico em que Cabo Verde se encontra bem presente no seu todo, e não só a sua dança, o que é muito bom em termos artístico-culturais, por representar também uma maturação e uma harmonia significativa e benéfica para a alma. Já agora, após esse percurso, de um certo rigor, consideraram a sua dança como contemporânea, pois a linguagem do grupo é nitidamente contemporânea, tendo, sempre presente, Cabo Verde em tudo o que criam, ou que recriam: desde um simples olhar, um passo, ou um rodopio, até à música.

Entretanto, a expressividade desse Dançar Cabo Verde está revestida de artisticidade e de universalidade que fazem com que as suas coreografias ganhem uma face nova, cheia de brilho e de profundidade, ao ponto de não ser reconhecido, de imediato, num simples relance, o quotidiano cultural cabo-verdiano. Há como que uma transfiguração, uma metamorfose na raiz das imagens representadas, devido ao tratamento estético a que são submetidas.

Dançam com música ao vivo executada por um grupo musical, e apostam em músicas inéditas, criadas para o efeito, onde têm a vantagem de orquestrar tudo, consoante uma linha previamente determinada, que poderá ser mais lenta, mais rápida ou com pausas e cortes. Utilizam muitos sons para criarem o seu mundo coreográfico, desde o som de vozes, gritos, o arrastar e o bater dos pés, até à utilização de frases ou versos.

Inicialmente eram acompanhados pela electrizante música de Orlando Pantera, com quem deram vários espectáculos, mas ultimamente têm em Mário Lúcio o músico de arranjo e orquestração de uma nova linguagem artística, com um certo predomínio de músicas de inter-influência latina.

Pode-se dizer que passaram de uma fase notoriamente popular, folclórica, em que as coisas eram representadas tais como eram, sem grandes artificios, para uma fase mais erudita, mais artística, em que a mensagem tem tanta importância quanto a linguagem, e em que o simbólico se sobressai como forma privilegiada de diálogo, donde o prazer da descoberta, do reflectir e do sentir, se sobrepõem ao prazer do olhar somente.

E um dos aspectos importantes que relevam também nos seus trabalhos é a relação entre o homem e a mulher cabo-verdianos, o seu amor forte, a sua guerra „pegada“. Mas, neste momento, a preocupação maior do grupo é integrar outras modalidades de arte na dança que fazem, tendo já experimentado, com sucesso, esse namoro, ao utilizarem poemas na sua dança, demonstrando assim que todas as artes estão relacionadas e que podem enriquecer-se mutuamente, quando interligadas com propriedade. Eles estão convictos de que existe uma atracção, ou um amor profundo entre as várias modalidades artísticas, que mais não precisam do que uma paixão, igualmente electrizante e cativante, para as unir, num desafio a um efeito surpreendente, cheio de beleza e de vibração. E é esse ideal que têm procurado ultimamente, empregando todas as suas energias, com toda a alma, neste programa.

Em toda essa luta, essa busca e esse empenho, quase delirante, à volta da dança, eles têm como objectivo máximo a comunicação, a interlocução com o público, e, por isso, têm procurado sempre veicular uma mensagem, uma palavra, uma história, através das suas mímicas e das suas pantomimas coreográficas, pelo que não se abdicam nunca da felicidade de uma dimensão estética, cada vez mais, malgrado a possibilidade de um certo hermetismo para o grande público.

Para além dessa preocupação em retratar as vivências íntimas dos consórcios e seus problemas em Cabo Verde, têm explorado também o rico veio das migrações.

No grupo, não existe uma diferença entre o homem e a mulher. Formam um corpo de bailado em que todos podem desempenhar um papel masculino ou feminino, sedutor ou agressivo, doce ou amargo, independentemente do sexo. E assim tem sido também a tónica do grupo no seu processo de criação e de funcionamento. Todos participam, todos sugerem, todos trabalham igualmente as peças que representam.

Consideram-se um ser único.

Tendo em conta a importância que atribuem à expressão corporal e à narrativa nas suas criações, eles dão uma certa primazia às ideias, que previamente elaboram e que vão compondo ao longo dos ensaios, relegando a música para um segundo plano, como suporte das suas coreografias e não como elemento principal, pois que, podem até dançar sem música, desde que imprimam um ritmo e uma expressividade ao que querem transmitir.

O que não querem é correr o risco de o público aplaudir a música que está no top, em vez da dança que executam, como acontece com muitos grupos que utilizam músicas comerciais nos seus trabalhos.



Para eles, é muito importante a mensagem subjacente à sua dança e, por isso, uma boa coreografia é aquela que possui um fio condutor, uma linha de acção, consequente, e não um amontoado repetitivo de movimentos sem nenhum tema, nem sentido, nem nada.

Têm feito alguns trabalhos com intenção educativa e de chamada de atenção para certas situações sociais, ou atitudes, que prejudicam o próprio homem, pois que a humanidade, em geral, e o humanismo, em particular, estão sempre no centro das suas narrativas.

Para o êxito do grupo, concorrem o respeito mútuo, entre os seus elementos, a responsabilidade, a seriedade, a honestidade, e um esforço conjunto, traduzido num trabalho constante em busca de um aperfeiçoamento progressivo, sendo o sucesso, para eles, a apresentação de peças com qualidade, independentemente do agrado ou desagradado que possam suscitar. Por isso, têm apostado numa execução técnica e num estilo próprio, distanciados do ballet clássico, que não tem nada a ver com a realidade caboverdiana.

O grupo perspectiva, sempre, como objectivo principal, divulgar os seus trabalhos, não só em Cabo Verde, mas também em todo o mundo. E pensam, futuramente, criar uma escola de dança, para que o que aprenderam e fizeram até agora tenha continuidade e possam, assim, dar o seu contributo à cultura caboverdiana.

É de se destacar aqui que já dançaram em grandes palcos e já ganharam importantes prémios, desde o início da sua existência, em 1991, e, por isso, acham que podem representar Cabo Verde com dignidade em qualquer palco do mundo, tendo passado já por vários países da Europa, da África e das Américas – do Norte e do Sul.

Com mais de quinze anos de experiência, o grupo de dança Raiz di Polon tem conseguido pesquisar o manancial da cultura caboverdiana e criar, com artisticidade e esmero, obras de grande fôlego estético e temático, que nos toca a alma e o ser.

A sintonização com a modernidade contemporânea da dança, a expressividade e a entrega total, de corpo e alma, manifestadas nas coreografias que fazem, e na criação e interpretação das suas peças, com total liberdade de corpo e de acção, garantem ao grupo um lugar de destaque no panorama cultural cabo-verdiano.

Obras de mérito como: Até ao Fim, Petu, CV Matrix 25 e Konkista, todas apresentadas em Cabo Verde, e em vários outros países, são testemunhas desse percurso de labor e arte, coroado de êxito.



INFORMAÇÃO IMPORTANTE:

Lei Caboverdiana

TITULO IV : Violação e defesa dos direitos

Artigo 125º

(Violação de direitos patrimoniais)

1. Comete o crime de usurpação aquele que, por qualquer forma, utilizar, no todo ou em parte, uma obra literária, artística ou científica sem autorização do respectivo autor, ou do artista, do produtor de fonograma ou de videograma, ou do organismo de radiodifusão, ou excedendo os limites da autorização concedida.
2. Comete o crime de contrafacção aquele que fraudulentamente apresentar ou utilizar, no todo ou em parte, como sendo criação sua uma obra literária, artística ou científica, uma prestação de artistas, intérpretes ou executantes, um fonograma, videograma ou emissão de radiodifusão de outrem.

Artigo 126º

(Usurpação)

Comete também o crime de usurpação:

- a) Quem divulgar ou publicar abusivamente uma obra ainda não divulgada nem publicada pelo seu autor ou não destinada a divulgação ou publicação, mesmo que a apresente como sendo do respectivo autor, quer se proponha ou não obter qualquer vantagem económica;
- b) Quem coligir ou compilar obras publicadas ou inéditas, sem a autorização do autor.

Artigo 127º

(Contrafacção)

1. Representando a reprodução referida no nº 2 do art. 125º apenas parte ou fracção de obra ou prestação, só essa parte ou fracção se considera como contrafacção.
2. Para a verificação da contrafacção não é essencial que a reprodução seja feita pelo mesmo processo que o original, com as mesmas dimensões ou com o mesmo formato.

Artigo 128º

(Penalidades)

1. Os crimes previstos no artigo anterior são crimes públicos e serão punidos com pena de prisão até um ano e multa correspondente elevada para o dobro, em caso de reincidência, se a infracção não constituir crime punível com pena mais grave.
2. A simples negligência é punida com multa até 200.000\$00.

Artigo 129º

(Violação do direito moral)

Será punido com as penas previstas no artigo anterior:

- a) Aquele que arrogar a paternidade de uma obra literária, artística ou científica de outrem;
- b) Aquele que atentar contra a genuinidade e a integridade de uma obra literária, artística ou científica.



Artigo 130°
(Aproveitamento de uma obra
usurpada ou contrafeita)

Será também punido com as penas previstas no artigo anterior aquele que importar, vender, puser à venda ou, por qualquer modo, distribuir ao público, no território da República de Cabo Verde, obra usurpada ou contrafeita, quer os respectivos exemplares tenham sido produzidos no país, quer no estrangeiro.

Artigo 131°
(Procedimento Criminal)

1. O procedimento criminal relativo aos crimes previstos nesta Lei não depende de queixa ou participação, excepto no caso do artigo 129°.
2. Tratando-se de obras do folclore ou caídas no domínio público, a queixa deverá ser apresentada pelo Departamento Governamental responsável pela Cultura.

Artigo 132°
(Apreensões)

1. O titular do direito de autor pode requerer ao tribunal a apreensão dos exemplares da obra usurpada ou contrafeita, seja qual for a natureza da obra e a forma da sua violação, bem como dos aparelhos ou instrumentos utilizados na sua reprodução ou comunicação.

2. A apreensão será sempre ordenada pela autoridade judicial, sendo competente para a executar, por delegação desta, as autoridades administrativas e policiais.

Artigo 133°
(Responsabilidade civil)

A responsabilidade civil emergente da violação dos direitos previstos nesta Lei é independente do procedimento criminal a que dê origem podendo, contudo, ser exercida em conjunto com a acção penal.

Artigo 134°
Providência cautelar)

Sem prejuízo do exercício da acção civil ou penal, o titular do direito de autor relativo a uma obra literária, artística ou científica, pode requerer às autoridades judiciais, administrativas ou policiais do lugar onde a violação ou ameaça de violação de seu direito se verifique, a imediata suspensão da representação, execução ou qualquer outra forma de comunicação ao público da obra em curso, sem a devida autorização.

Artigo 135°
(Prova de infracção)

Fazem fé em juízo as participações elaboradas nos termos do Código do Processo Penal por funcionários policiais ou por agentes ajuramentados dos organismos a que se refere o artigo 136°.



Integrantes dos Órgãos sociais

Daniel Spínola 1	2 David Hopffer Almada
José Maria Barreto 3	4 Daniel Spencer
Manuela Barbosa 5	6 Carlos Alberto Barbosa
Jorge Soares Silva 7	8 Roselma Évora
Ivete Delgado 9	10 José Maria Barreto
Rodrigo Fernandes 11	12 Jorge Soares Silva
Hermínia Curado Ferreira 13	14 Mário Fonseca
Eutrópio Lima da Cruz 15	16 Noel Fortes
Helena Santos 17	18 António Marta
Paulo Rosa 19	20 Alice Matos





SOCA
„Uma Mudança com
continuidade”



Oswaldo Osório

Poeta romancista e ensaísta

O lançamento, (...) na Praia, do seu oitavo livro, A Sexagésima Sétima Curvatura, deu o mote à conversa com Oswaldo Osório. O poeta, já completamente cego, além de falar sobre o seu novo livro, tece considerações sobre vários temas e literatos cabo-verdianos, sem se esquivar de se referir ao convívio diário com a cegueira.

Entrevista conduzida por António Monteiro

António Monteiro (A.M.) – Vai lançar na quarta-feira o seu livro de poemas, A Sexagésima Sétima Curvatura. Porquê o numérico título?

Oswaldo Osório (O.Osório) – Este título tem a ver com os anos que eu tenho de vida. Agora já estou com 70 anos, mas o livro até ser publicado levou três anos. E é isso.

Só isso?

O.Osório – Só isso, mas evidentemente com os conteúdos que ficam para traz, as experiências, os amores, os aborrecimentos, enfim, tudo o que de existencial passa pela vida de um homem.

A.M. – Já publicou oito obras. Por quais dos seus livros gostaria de ser recordado?

O.Osório – Gosto de Caboverdianamente construção meu amor (poesia), Claridade Assombrada (poesia), e Os loucos poemas de amor, e outras estações inacabadas.

A.M. – Já o título do seu primeiro livro de poemas publicado, Caboverdianamente construção meu amor aponta para um discurso diferente dentro da poesia que então se escrevia. Sentiu essa diferença?

O.Osório – Sim, é muito provável, mas não tenho assim uma ideia clara sobre isso. Nessa altura, eu, o Arménio Vieira, o Mário Fonseca e os outros rapazes que participaram na Seló, já tínhamos um discurso poético já diferente.

A.M. – Que grandes poetas produziu esse movimento literário?

O.Osório – O Rolando Vera-Cruz Martins, embora não tenha livro publicado. Sei que ele tem trabalho, mas por razões pessoais, até agora ele não publicou um livro de poemas. Mas eu dizia: o Rolando Vera-Cruz Martins, o Arménio Viera e o Mário Fonseca...



“Eu sempre sonhei ser editor ou então livreiro. (...) A ideia é avançar na edição de várias obras que estão esquecidas, ou de pequenos ensaios que não foram jamais reeditados. ”

A.M. – E o Jorge Miranda Alfama?

O.Osório – Evidentemente, mas ele é mais prosador. Ele esporadicamente escreveu um ou outro poema, não obstante ter começado pela poesia. Depois, penso eu, ele terá optado pela prosa. Aliás, é interessante dizer que ele tem uma técnica muito especial de escrever pequenos apontamentos críticos sobre livros que ele lê. De resto, estão reunidos no seu livro, *Isto e Aquilo*.

A.M. – Como vai a sua visão?

O.Osório – Não sei se sabe, mas estou completamente cego; eu sempre convivi com a cegueira, é um problema de família. Meu pai, minha mãe, tios, primos todos conheceram este problema.

No meu caso pessoal, só me dei conta desta situação nos anos 60. Fiz tratamentos, mas de repente a perda de visão teve uma evolução pela negativa. Fui a Portugal em 1998; tivesse ido um pouco mais cedo, poderia ainda ter sido operado. Então, em Março de 2004, fiquei cego.

A.M. – Com a cegueira como é que resolve os problemas da escrita e da leitura?

O.Osório – Graças a Deus, sou casado com uma grande mulher: é minha secretária. Lê para mim, eu dito e ela escreve. Não é a mesma coisa, mas não sinto que esteja a carregar um grande peso. Graças a Deus tenho essa força.

A.M. – O seu livro é a primeira publicação da Dada Editora, criada por sugestão sua. Como surgiu a ideia?

O.Osório – Eu sempre sonhei ser editor ou então livreiro. No passado não foi possível realizar este sonho, mas das conversas que tenho tido com o meu filho (Giordano Custódio), um dia veio à tona a ideia da criação de uma editora. A ideia é avançar na edição de várias obras que estão esquecidas, ou de pequenos ensaios que não foram jamais reeditados. Ele achou interessante a ideia, agarrou-a e assim surgiu a Dada Editora.

A.M. – No lançamento, Giordano Custódio disse que a “Dada” iria ser uma editora diferente. Em que sentido?

O.Osório – Diferente porque, segundo o ponto de vista do Giordano, se trata de uma editora de afectos. A começar, porque projectamos publicar os trabalhos ensaísticos do Jaime de Figueiredo. Muita gente não conhece os textos que ele deixou, por exemplo, uma peça de teatro cujo título é *Terra de Saudade* – argumento de bailado folclórico em quatro quadros; projectamos a reedição do seu ensaio sobre a música, “O sentido da Morna e da Coladeira”. Há também o ensaio de Luís Romano muito pouco divulgado em Cabo Verde que é, “Cabo Verde, elo antropológico entre a África e o Brasil”.

A.M. – Arménio Vieira contou-me que Jaime de Figueiredo terá deixado por publicar um romance intitulado *O Pavão de Lata*. O que há nisso?

O.Osório – O Jaime de Figueiredo tinha essas coisas. Nunca escreveu nenhum romance. Ele dizia a todo o mundo que ele tinha escrito um conjunto de textos a que tinha dado o nome de *Pavão de Lata*. A verdade é que depois da morte dele, foi-se ao espólio e encontrou-se ensaios por publicar e outros trabalhos, mas não se encontrou o *Pavão de Lata*, porque nunca existiu. Eu próprio, um dia perguntei-lhe sobre o *Pavão de Lata* e ele respondeu... “um dia se verá”.

ARMÉNIO VIEIRA VISTO POR OSÓRIO

A.M. – Pertenceu à mesma geração literária que Arménio Vieira. Como o caracteriza?

O.Osório – Falar do meu companheiro de luta, compadre e amigo, em duas linhas, é bastante difícil. Ele é um indivíduo bastante voltado para dentro, só se abre de facto com um grupo restrito de pessoas que lhe são mais próximas, porque fora disso é impossível. Não vai a palestras, não vai a conferências, não vai a exposições, mas é um indivíduo com muita cultura, com muito conhecimento do universo que o rodeia, mas só se comunica com o conjun-

to de pessoas que lhe são muito próximas. Isso dá uma ideia de como ele se fechou, não sei a razão porquê, mas que se transborda na poesia que ele escreve.

A.M. – O Arménio contou-me que uma vez foi atacado por um carneiro e passou por maus momentos. O que há nisso?

O.Osório – Eles empolaram a história. Eu estava sentado aí defronte à Dona Ivone, uma senhora que tem uma mercearia no bairro Craveiro Lopes, e um carneiro de um amigo meu, já falecido, vinha assim devagar e encostou-se perto de mim. Depois vi que batia com uma pata no chão eu disse, “bon, e’ sta ben inbia-m”. Eu estava sentado, não tinha tempo para me levantar, mas pôs-me em posição; devia ser um carneiro dos seus 60 quilos, mais ou menos. Quando ele se atirou a mim, peguei-lhe pelos chifres, aguentei-o e arremessei-o para a frente. Aí foi, não voltou mais. Andou, andou, foi comer umas folhinhas que estavam pelo chão. Depois escondeu-se detrás de uma árvore frondosa que há em frente à Dona Ivone e eu deixei de o ver. Mas ficava no alinhamento do lugar onde eu estava assentado. Então levantei-me, entrei pela porta de uma vizinha e fui ao portão, ficando a espreitá-lo. Quando ele viu que eu tinha desaparecido, o diabo subiu-lhe aos chifres. Então ele resolveu atirar-se às crianças que iam à escola e foi necessário chamar os donos para evitar o pior. Foi o que se passou, mas depois criou-se uma série de lendas à volta disso.

TERCEIRO NÚMERO DA SELÓ FICOU NO PRELO

A.M. – O que representou o movimento literário Seló, a que pertenceu, para a literatura caboverdiana?

O.Osório – Seló representou para a época uma importante contribuição dos jovens que na altura tinham 20 a 24 anos para ultrapassar o marasmo que se vivia tanto em S.Vicente como na Praia. Se reparar, as pessoas que pertenceram à Seló, eram de S. Vicente e da Praia. Isso já demonstra que estas ilhas foram sempre uma coisa só, sempre unas; a pensar a mesma coisa; a pensar a independência. Mas tudo aquilo que nós dissemos na Seló (digo na Seló porque era uma página) tinha de ser dito de uma forma metafórica. Não se podia dizer expressamente porque havia a PIDE (antiga polícia política portuguesa). Mas falámos sobre a emigração, sobre a fome, etc. Era para sair três números e só saíram dois, porque o terceiro ficou no prelo; não o deixaram sair.

“Seló representou para a época uma importante contribuição dos jovens que na altura tinham 20 a 24 anos para ultrapassar o marasmo que se vivia tanto em S.Vicente como na Praia.”



Ano Nobo

O nosso artista

Filho de Henrique Lopes Tavares e de Vicência Correia Tavares, Fulgêncio da Circuncisão Lopes Tavares, mais vulgarmente conhecido pelo “nominho” ANO NOBO(1), viu a luz do dia em Lém-Pereira, S. Domingos, no primeiro dia do ano de 1933.

Havia festa nessa noite em casa de Nha Fidjinha Mendonça, para celebrar a passagem de ano e a orquestra tocava a todas as cordas e sopros para animar o baile. Vicência tinha vindo ajudar a mãe nos preparativos da festa, apesar de se encontrar em estado avançado de gravidez. Passava já da meia noite quando Nha Fidjinha, excitada por ser novamente avó, interrompe a orquestra e anuncia: “Dja nu ten un Ano Nobo!” Todos os presentes correm a ver o fenómeno com os seus próprios olhos. É ali, à volta do bebé e da mãe afortunada, que a música e o canto prosseguem, agora em tom maior. Colocando

a mão na cabeça da criança, a parteira Machinha Ferreira profetiza: -Será um músico, como os seus antepassados!

Ano Nobo, como ficou a ser conhecido o bebé, era na realidade descendente de uma geração de músicos insignes. Seu avô, Valentim Lopes Tavares, mais vulgarmente conhecido por Pipí, foi o reorganizador e grande maestro da Banda Municipal da Praia, que dirigiu desde 1914 até ao fim da sua vida, em 1930. O filho, Henrique Pipí, sucedeu-lhe na direcção da Banda da Praia, mas durante pouco tempo, já que viria a falecer em 1935, dois anos depois do nascimento de Ano Nobo.

Mas a própria mãe Vicência, não lhes ficava atrás neste amor pela suprema arte e até no conhecimento dos seus segredos, pois foi ela própria que ensinou a Ano Nobo os primeiros acordes no violão. Se-

ria, porém, no “Conservatório” popular de António Preto, Ismael e Domingos de Nha Cumazinha, passeando o velho violão pelas fráguas de Rema-Rema, Água de Gato, Caiada, Lém-Pereira acima e Lém-Pereira abaixo, que Ano Nobo se formaria como poeta e músico da terra e do povo. A sua queda natural para os instrumentos de corda há-de levá-lo não somente a dominar a guitarra clássica e o cavaquinho, mas a dar também um “djeto” no bandolim, na guitarra portuguesa e mesmo no violino.

A sua vida de compositor começou por volta dos anos 50, na Achada de Santo António, com a morna “July” que viria a ser gravada pelo falecido Frank Mimita. Pela mesma altura, compôs a sua primeira coladeira “Ta Pinga Tchapo-Tchapo”, que viria a ter grande êxito, pois foi cantada e gravada por Bana, Ildo Lobo e o conjunto “Os Tubarões” e ainda Gardénia Benrós.

Desde então, a sua veia de poeta e compositor não mais deixou de produzir, contando-se por mais de quatro centenas as suas composições, entre mornas e coladeiras, mas também merengues, sambas, mazurcas, funaná, marchas, valsas, hinos religiosos e ainda músicas de “batuku” e de “tabanka”.

Muitas dessas músicas foram compostas para interpretação imediata no salão paroquial de S. Domingos, já que Ano Nobo, sobretudo durante a década de setenta, foi um colaborador precioso da paróquia de S. Nicolau Tolentino, dedicando muito do seu tempo à animação da juventude, quer através da música, quer através do teatro.

Muitas das músicas de Ano Nobo ganharam projecção nacional e mesmo internacional, pois foram interpretadas e gravadas em disco por artistas conhecidos, como os já acima citados, mas também Dany Silva, Zeca di Nha Reinalda, Maria de Barros, Mariana Ramos, Maria Alice, Manuel Candinho, etc. Este último intérprete, um dos melhores guitarristas cabo-verdianos da actualidade, que tem feito carreira de sucesso na Holanda, foi um dos muitos discípulos do mestre Ano Nobo. Entre as composições que obtiveram maior sucesso podem citar-se “Adelaide”, “Linda”, “Lolinha”, “Falsia di Tanha”, “Ta Pinga Tchapo-Tchapo”, “Baíno”, “Ressana Godim” ou “Camarada Pépé Lope”.

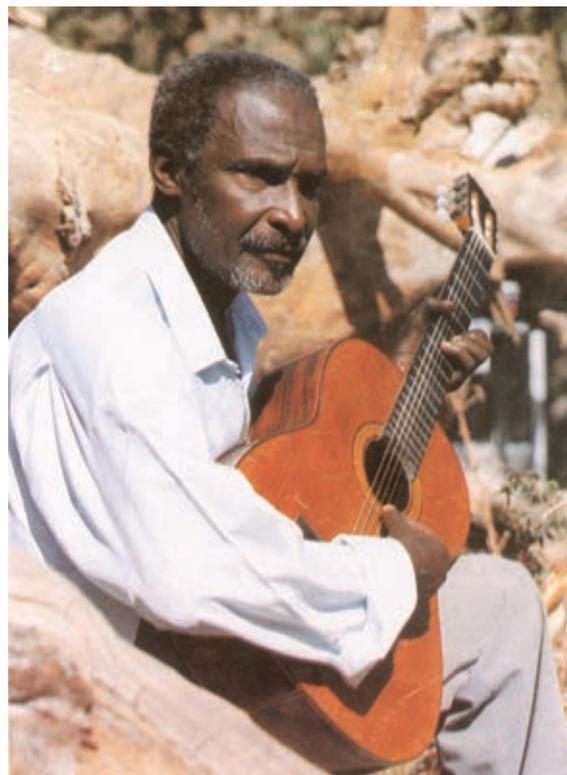
Ano Nobo foi ainda um reconhecido autor dramático, compondo em crioulo diversas peças teatrais. Várias dessas peças, à semelhança de muitas das suas músicas, foram compostas para serem interpretadas no salão paroquial de S. Domingos, no

âmbito dos programas culturais da paróquia. O seu mérito como dramaturgo foi reconhecido publicamente com a atribuição de um prémio à sua peça “Julgamento do Tótó ku Tota”, que venceu o concurso de melhor peça teatral de Cabo Verde, em 1999.

Ano Nobo nunca recebeu nada de ninguém pelo seu trabalho artístico. Ficou sempre um autor apagado, esquecido mesmo, humilde, amante da sua terra, do seu povo e da sua família. É por isso que as suas músicas são apreciadas, porque são a expressão pura dos sentimentos do povo cabo-verdiano, mormente da ilha de Santiago: um povo que, apesar das dificuldades e da luta pela sobrevivência em condições adversas, sabe dosear harmonicamente a alegria e a tristeza, a troça e o respeito, o lamento e a esperança, o religioso e o profano!

A sua maior recompensa e fonte de alegria foi, sem dúvida, ver a plêiade de artistas que deixou atrás de si, com alguns dos seus filhos em primeira linha. Eles são os guardiães do património artístico e humano que enriqueceu não só S. Domingos e a ilha de Santiago, mas também o resto das ilhas do Arquipélago, onde a sua música e influência chegaram e chegam ainda.

O seu mérito foi reconhecido pela Presidência da República com a atribuição da Medalha do Vulcão, em 1991, e com a entrega de um passaporte diplomático em 2003.



Ano Nobo teve 18 filhos, alguns dos quais são hoje também músicos exímios. Deles, o mais conhecido é o Dicky (Afonso), que tem feito carreira artística nos Estados Unidos. Mas outros(2) se dedicam também a perpetuar a obra musical do pai, nomeadamente através do grupo “Bonjardim”, fundado pelo pai em Lém-Pereira e através de outros eventos musicais para os quais são frequentemente convidados.

Ano Nobo fez um pouco de tudo na sua vida, ao serviço do povo de S. Domingos: desde regedor a funcionário público, desde professor na escola paroquial a catequista, desde mestre na música a conselheiro e pacificador nos conflitos. Sempre competente e zeloso, era do seu salário de trabalhador que tirava o necessário para sustentar a numerosa família. De uma generosidade sem medida, sempre ia mais longe do que lhe mandava o dever, desde que estivesse em causa o bem de alguém. Crente fervoroso, cumpria à risca o dever evangélico de “fazer o bem sem olhar a quem”!

Faleceu aos 71 anos de idade, na sua residência de Lém-Pereira, a 14 de Janeiro de 2004, vítima de um ataque cardíaco. Deixou viúva Filomena Frederico de Oliveira (Filó), da qual teve nove filhos.

O seu funeral foi ocasião de uma manifestação pública de pesar, com alcance nacional. A Presidência da República, o Governo e a Assembleia Nacional fizeram-se representar no seu funeral, bem como alguns artistas conhecidos e numerosos amigos. O Ministério da Cultura e Desportos emitiu uma nota oficial, salientando o facto de o país ter perdido uma das suas figuras mais ilustres, que muito contribuiu, enquanto humanista, para a “afirmação da cabo-verdianidade”.

ANO NOBO merece, sem dúvida, um lugar de destaque na história das artes em Cabo Verde e, mais particularmente, na história da música popular caboverdiana.

In: Cabo Verde Terra di Meu,
Firmino Cachada

- (1) *Ano Nobo usava também, com frequência, o pseudónimo “Sá” para assinar as suas produções musicais e teatrais.*
- (2) *Para além de Dicky (Afonso), têm-se dedicado à música: Africano (Flávio), Nónó (Fulgêncio), Fany (Epifânio) e Raúl, os primeiros como instrumentistas e o último como vocalista.*



Ano Nobo Ganha PRÊMIO TEATRO VIVO

Praia, Dezembro de 1998

O concurso “Teatro Vivo”, promovido pela Associação de Escritores Cabo-verdianos e pelo Centro Cultural Francês, foi ganho por Ano Nobo.

Tendo como objectivo principal revitalizar e dinamizar a produção de obras escritas de teatro em Cabo Verde, esse concurso foi aberto a todos os cabo-verdianos que escrevem em crioulo, português ou francês.

Com um prémio de 150 contos, o concurso contou com a participação de seis obras concorrentes que foram apreciadas por um júri formado por três personalidades idóneas, nomeadamente: Arminda Brito (professora no Instituto Superior de Educação, formada em Língua e Literatura Portuguesas), Hermínia Curado (professora no Liceu Domingos Ramos, formada em Língua e Literatura Portuguesas e escritora) e José Luís Hopffer Almada (jurista e escritor).

Segundo o parecer do júri, “grande parte dos textos a concurso não atinge o nível requerido, denotando alguns, enquanto textos literários, graves deficiências, quais sejam diálogos pouco conseguidos, fraco nível de domínio da língua portuguesa, e um elevado nível de inverosimilhança – sem prejuízo, não obstante, das suas virtualidades dramaturgas, se bem encenadas”.

O critério utilizado pelo júri para a nomeação da obra vencedora baseou-se “na capacidade, na originalidade, na presença do grotesco, na ironização de destino, na existência de conflitos exteriorizados em forma de intriga, na actualidade das temáticas e no sabor de linguagem fluentes e espontaneamente conseguidas”.

Assim sendo, o texto Julgamento di Totó Montero – no dizer do Júri “parece-nos uma comédia de muito bom nível, com diálogo excelente, discorrendo com naturalidade surpreendente, apesar das suas quadras rimadas. O texto satiriza o poder, inserindo-se num hilariante relacionamento entre o português e o crioulo, em que o crioulo, corporizador de um saber a um tempo ingénuo e inteligente, sai a ganhar. O texto denota uma grande força telúrica e uma grande autenticidade. Para além do mais, ele contribui sobremaneira para a valorização do crioulo e para a construção de um texto dramaturgo autenticamente cabo-verdiano”.

Quanto à menção honrosa, foi atribuída à obra Na kaminhu'l Batuku de Augusto César Lima Barros, tendo, também, como base os mesmos pressupostos gerais utilizados como critério.

Segundo consta, Augusto César Barros pertence ao grupo de teatro “Ramonda” e tem alguns trabalhos já prontos, de entre os quais a peça Célia que vai ser encenada dentro em breve.

Quanto a Ano Nobo, de seu nome próprio Fulgêncio da Circuncisão Lopes Tavares, tem mais de dez peças de teatro já encenadas, e as seguintes obras escritas – Egoísta (encenada); S. Vinte e Três (encenada); Julgamento de Totó Montero; Mufino ku Maroto, e Fiticera di Língua.

Ele é natural de Bon-Jardin (Lém-Pereira), concelho de S. Domingos. Tem, neste momento, 67 anos e desde 1967 que se vem dedicando ao teatro. Aliás, pertenceu ao melhor grupo de teatro da ilha de Santiago, que foi o teatro de S. Domingos dirigido pelo Padre Arlindo.

Para além disso, é músico e compositor. Toca quase todos os instrumentos – violão, viola (de seis e dez cordas), bandolim, cavaquinho, violino e gaita de boca.

Possui mais de 400 composições musicais das quais 100 já foram gravadas. Os temas dos trabalhos dele retractam a vida e vivência das gentes do campo.



Árvore de Poilão – Boa Entrada, Assomada - Santa Catarina
Foto: Bernardo Gomes Lopes